

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SAD - SISTEMA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO/MULTA
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS
DEMONSTRATIVO DE DÉBITO/MULTA
OBJETO : IMPUTAÇÃO DE MULTA

Pág.: 1523
Rub.:

CAL1015

Processo nº: 1192-0200/10-4
Responsável: Cesar Tadeu Paier - CPF nº 589.612.080-04
Cargo: Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita
Endereço: Avenida Getulio Vargas, 2600, Bairro Capoeira Grande, Barra do Guarita/RS - CEP 98530-000
Período de: 01/01/2010 a 08/01/2010 09/02/2010 a 13/03/2010 20/03/2010 a 20/11/2010
26/11/2010 a 04/12/2010 10/12/2010 a 31/12/2010

Exercício de 2010

Decisão: Imputação de Multa pela Segunda Câmara, em Sessão de 13/12/2012.

A	Valor da Multa atualizado até 31/01/2015, a ser pago até 15 dias após a data da Notificação.	Em R\$	1.322,82
B	Vencido o prazo, o Total apresentado na letra (A) deverá ser atualizado pela variação do IGP-M a partir do mês de 02/2015 até o mês anterior ao efetivo pagamento.	Em R\$	
C	Multa total a ser paga fora de prazo = ao calculado na letra (B).	Em R\$	

Observações: Nº de controle: 120/2013

- Contra a decisão proferida nos autos, o Sr. Cesar Tadeu Paier interpôs o Recurso de Embargos nº 5922-02.00/13-0, no qual o Tribunal Pleno, em Sessão de 21-01-2015, decidiu por seu não provimento, mantendo inalterados os termos da decisão recorrida.
- A imputação da multa, no valor inicial de R\$ 1.200,00, teve seu valor corrigido de acordo com a variação do IGP-M conforme tabela acima.
- Valores atualizados de acordo com a Resolução nº 897/2010 (a partir de 01/09/1988 até 31/12/1995 em UPF/RS; até 26/10/2000 em UFIR; e a partir de 27/10/2000 pela variação do IGP-M) (Processo 5682.0200/09-9). Fator de conversão de UPF/RS para UFIR: 5,709507.
- O recolhimento deverá ser feito utilizando o sítio do TCE na internet: www.tce.rs.gov.br, em Jurisdicionados/Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento, via senha de acesso do Administrador, para geração da Guia de Arrecadação da Secretaria Estadual da Fazenda (**Código nº 478** - Multas Aplicadas pelo TCE), nos termos do Parecer Coletivo nº 10/92, aprovado em Sessão Plenária em 07/10/1992.
- O comprovante do recolhimento deverá ser, obrigatoriamente, enviado ao Tribunal de Contas do Estado para fins de comprovação nos autos, sob pena de ser extraída Certidão de Decisão - Título Executivo.

SSM, em 19/02/2015.

GEOVANE MÜLLER DOS SANTOS
Oficial de Controle Externo
Matrícula nº 14117037